

In memorian: morte e esquecimento ou “os mortos não contam história” - ausência e presença in (dis)curso

pg 105-115

Marilda Aparecida Lachovski¹

Maurício Bilião²

Resumo

Propomos, neste artigo, estabelecer relação entre a Análise de Discurso (AD) e Fernando Catroga, historiador português, que focaliza a morte e a escrita da história, como a Historiografia. Elegemos a morte e o esquecimento a partir dos perfis “in memorian” da rede social Facebook, nos quais o morto elege um “herdeiro” que deverá manter o seu perfil. Consideramos a relação entre esquecer e lembrar e a associamos com o conceito de memória, tanto para a AD quanto para a História. Concluímos que estes perfis funcionam não só como lugar de produção de sentidos sobre o morto, mas também como constituídos de um discurso sobre a morte.

Palavras-chave: Discurso. Memória. História. Ausência.

IN MEMORIAN: DEATH AND OBLIVION OR “DEAD MEN TELL NO TALES” – ABSENCE AND PRESENCE IN (DIS)COURSE

Abstract

We propose, in this article, to establish relation between Discourses Analysis (AD) and Fernando Catroga, portuguese historian, who focuses the death and the writing of history, as a Historiography. We choose death and oblivion from the “in memorian” profiles of the social network Facebook, in which the dead elects an “heir” that retains his profile. We consider a relationship between forgetting and remembering and associated this with the concept of memory, for both the AD and History. We conclude that these profiles function not only as a place of senses’ production over the dead, but also as constituted by a discourse on death.

Keywords: Discourse. Memory. History. Absence.

[...] o homem conta histórias como protesto contra a sua finitude. [...] Se ele soubesse sempre – como o sabe a deusa grega da memória – o que foi, o que é e o que será, não haveria nem recordação, nem atitudes de espera, nem necessidade de se deixar marcas que as solicitassem.

Fernando Catroga

Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história.

1 Doutoranda em Letras pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria); integrante do Laboratório Corpus/UFSM; bolsista Capes.

2 Mestrando em Letras pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria); integrante do Laboratório Corpus/UFSM; bolsista Capes.

No princípio... ou primeiras palavras ...

A escritura de um texto, como sempre, nos provoca, por um lado, um desejo intenso de dizer e, por outro, uma inquietação que persegue inevitavelmente nossa tão fugaz atividade enquanto humanos – o fim. A morte. No jogo de sentidos entrecruzados tecemos aqui uma reflexão na interface da História e da Análise de Discurso sobre os modos como se produzem sentidos e memórias acerca do morrer. Nossa posição, enquanto estudiosos do discurso, demanda refletir sobre como a morte foi discursivizada, como foram produzidos discursos sobre a morte em diferentes épocas, e como, na rede social atual, ela é ressignificada e sinaliza para a relação presença/ausência.

Num percurso historicamente produzido podemos dizer que desde a Antiguidade, mais precisamente com os gregos, a morte produz o medo. Não saber sua natureza, sua origem e seu funcionamento além da ilusão de um real possível e material, a torna incompreensível. Na Grécia, perpetuava-se o apego à vida, sendo a morte ainda mais temida, mais desconhecida. O desconhecido e o inacessível do além-vida podem ter auxiliado no processo de criação do mito da morte - único fim certo para todos os seres vivos. Hades, em sua rebeldia, ficaria responsável pelo mundo dos mortos, e Zeus, pelo mundo dos vivos, inclusive dos demais deuses. Nessa partilha dos mundos, a divisão entre o bem e o mal aponta para o abaixo – mundo dos mortos, e o acima – mundo dos vivos. Descer ao mundo dos mortos, descobrir seu funcionamento e suas particularidades é um desafio, uma tarefa que cabe, nas narrativas míticas, sempre ao herói, e não ao homem comum.

Do mito grego para o cinema, nosso título faz referência a um dos lançamentos do ano de 2017; trata-se do subtítulo do filme Piratas do Caribe V – A vingança de Salazar. Não tratamos aqui do filme como nosso objeto, bem como não entramos na

análise e descrição do mesmo, apenas no referimos ao enunciado que na narrativa é expressiva – “Os mortos não contam história”.

Este enunciado nos provoca na medida em que, na sua formulação, se produz uma rede de sentidos, de saberes e de memórias que organizam o discurso *sobre* a morte, assim como *sobre* a história. Morrer é, então, não contar história, não narrar, não produzir sentidos – é cair no esquecimento. Se para Catroga (2009) contar história é um protesto contra a finitude, pensamos: como contá-la após a morte? Entendemos que, ao confiar a um amigo o perfil de usuário da rede social, o sujeito delega-lhe a função de mantenedor de suas memórias, gerenciador de sua conta, organizando sua *timeline*, portanto, não permitindo que o morto caia no esquecimento e permaneça *online*.

Nossa proposta, a partir deste enunciado provocante, é discutir como os movimentos de sentidos sobre a morte produzem saberes em outros lugares, mais especificamente, no espaço da rede social Facebook, nos perfis públicos *in memoriam*. Manter o perfil do usuário da rede mesmo depois de sua morte funciona, pelo viés que adotamos, como um desejo de memória, de rememoração. Memória e esquecimento. Memória construída que sinaliza para a dupla relação presença/ausência, “presença e recordação eterna ao ausente”, segundo Catroga (2002). É no batimento dessa relação constitutiva entre esquecer e lembrar, que fazemos entradas nos limites e aproximações entre a História e a Análise de Discurso postulada por Michel Pêcheux. Nessa interface, a ênfase se dá neste trabalho, à noção de memória não como pronta, estática e reservada ao passado no retorno de sua via, mas antes, a memória em funcionamento, em movimento. Na perspectiva da Análise de Discurso, por esse movimento de sentidos, a memória é atualizada, presentificada pelo sujeito em discurso. Pela história, não é mera lembrança, reservatório de um passado que se esvai na urgência de seu tempo, mas

é lugar de produção de saber, de sentidos, do *fazer* história, historicidade. Assim:

O sujeito empírico, como indivíduo, ou, na ordem pública, como pessoa física, não tem funcionamento na ordem do discursivo. Toda transformação, ou mesmo reprodução, se dá no coletivo. O sujeito e o discurso constituem-se na historicidade que movimenta os processos sociais. A origem dos saberes não está, portanto, no sujeito, pois na análise discursiva ele é um lugar e se submete a práticas sociais (VENTURINI, 2009, p. 93).

É por esse movimento que o sujeito significa e produz não só a sua história, mas está por ela e nela inserido e atua no seu funcionamento, pelas práticas que o filiam e o inscrevem no político, no simbólico. A fim de pensar as atitudes perante a morte, lembramos Áries (2003) e os modos de morrer que demandam discursos diferentes sobre a morte, sendo eles: a morte domesticada; a morte de si próprio; a morte do outro e a morte interdita. Como construções históricas, as ações perante a morte, dizemos que essas organizam não só a noção de morte, mas também as relações sociais e econômicas, na emergência de uma necessidade que se dará na modernidade – o bem morrer. Pedimos licença para o trocadilho e trazemos para nossa questão o morrer bem – o não ser esquecido, não cair na inércia. Segundo Áries (2003), desde a Grécia antiga as inscrições acompanham o morto, numa tentativa de preservar a sua memória e também a identidade do túmulo. O túmulo, como lugar não só de depósito de um corpo inerte, mas como lugar de produção de memórias e de sentidos sobre o sujeito, numa relação entre a vida, como passado próximo e rememorado e comemorado, através da inscrição. Ao longo do tempo, as inscrições deixam de ser essenciais, na medida em que a igreja se torna a grande responsável pelas atitudes perante a morte, e, numa tentativa de apagar as diferenças, as sepulturas não mais têm nome, descrição e

inscrição de quem são seus ocupantes – são então locais anônimos.

A morte, por esse gesto, é o fim de todos, sem distinção. É modo de igualdade, de estabilização. No século XII, através de um pedido da mesma igreja, os mortos são postos em mais uma divisão – as inscrições ficam restritas aos santos e seus semelhantes - ou seja, àqueles que, pela normatividade da instituição religiosa, produzem o desejo de manutenção de suas memórias, servindo como exemplos para os demais cristãos. O corpo do morto, nesse sentido, não mais é esquecido, mas deve pelas suas ações em vida, serem mantidos como santos, como não dados ao esquecimento. Memória e esquecimento são, portanto, noções distintas. Lembrar e esquecer funcionam como antagônicos

Do século XII até o XVIII, entra em questão uma inscrição que define a morte como ponto final, como lugar de paragem e estabilidade – a chegada inquestionável do humano, “aqui jaz”. Como fim inevitável, entra em funcionamento um desejo cada vez mais intenso por descobrir e saber sobre a morte. Deixa de ser então apenas uma ação natural, mas se recobre de mistério: é exaltada, dramatizada, querida. (ÁRIES, 2003). É ao mesmo tempo emocionante e dominadora. Desejada e controlada. O controle, como uma das necessidades e descobertas do século XVIII, é posto também sob a forma de externalização do cemitério. A cidade dos vivos aos poucos se distancia da cidade dos mortos. Entre o medo dos miasmas e o mistério do pós-morte, a cidade se divide e se expande, separa, segrega. Ao separar, une, enlaça. Produz pelo seu funcionamento a relação dentro/fora, ausência/ presença. Pelo digital, o Facebook produz, pelo efeito de completude e autonomia, semelhante processo.

Nos meandros da memória e da história...

Lembrar. Recordar e reconstruir um passado, uma ação, um nome ou uma presença. Nessa reconstrução, a memória em movimento produz sentidos não somente acerca do sujeito morto, mas põe em cena a vida que, pelo desejo de manter os laços afetivos com o mesmo, rememoram e comemoram o nome, o sujeito, a morte e o esquecimento.

Mnemosine, na Grécia antiga, é a mãe das nove musas, é a inspiradora dos poetas, do Aedo. É ela, na sua relação com o deus dos deuses, que permite e é responsável pelas lembranças, pelas recordações e por manter na memória dos homens, os grandes feitos dos heróis. É ela que revela, pelo dom que lhe é próprio, “os segredos do passado” e por isso “o introduz nos mistérios do além”. (LE GOFF, 1999, p. 438). A memória é então como “um dom para iniciados”. (Idem). De um caráter oral, poético e imortal, a memória é para poucos escolhidos: o herói e sua projeção para o grupo ao qual pertence, portanto, já funciona sob dupla via: é ao mesmo tempo individual e coletiva. Perpetuar a memória, nesse sentido, é uma ação que só se faz pela linguagem, pelo dizer. Firmar uma memória, torná-la eficaz pelo humano, pelo material que se imortaliza no dizer; não só como uma mera lembrança, mas como lugar do possível, do intocável, da imortalidade que só se produz na ruptura da mesma continuidade do viver/morrer. Palavra que sendo dita, não se esquece. Não se apaga e retorna sempre, na divisão do novo, no viés do diferente, constituindo-o.

Nesse embate, o passado também retorna, não estático e linear, mas propenso aos furos, às falhas, é a vida daquele que pela morte se ausenta. É presente, pelo trabalho da memória, pela sua reconstrução. É um passado plural e multiforme, real vivido na experiência do sujeito na sua relação com o outro, com o mundo. Real que se espelha

e se desdobra pela divisão, e a memória funciona como um elo possível que liga tempo e sentidos, na vida e além dela. Por sua divisão, segundo Catroga (2001, p. 20), a memória não é “um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo”, o que para nós pode ser dito como aquilo que se produz e se organiza pela seleção – o que atesta para sua incompletude. É, portanto, “[...] um aceno em que se promete ser possível vencer a morte, jogo ilusório que faz esquecer que, tarde ou cedo (duas, três gerações?), também os mortos ficarão órfãos de seus próprios filhos”. (CATROGA, 2001, p. 29). Atividade perene, que não se estabiliza. Que foge e escapa. Por esta entrada, situamos a memória na perspectiva discursiva, tendo como ponto principal seu caráter indissociável, situada entre o lembrar e o esquecer.

Na Análise de Discurso, área na qual nos filiamos, a memória é também repetição, não sendo, portanto, somente a retomada como retorno de um passado, mas antes, uma reprodução/transformação, na qual o repetível se choca na emergência do novo, do já vivido que ressoa, ressignificando sentidos e sujeitos já postos em outro lugar. Noção frágil, a memória não pode ser pensada no “sentido psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Como prática, a memória não se dá apenas pela observação das lembranças ou do já vivido, ela atravessa e constitui, preenche os furos. Atravessar, nesse sentido, não se dá pela entrada da atualidade como ruptura, mas pelo que carrega os sentidos e os faz ressignificar, atualizando-os.

Para Catroga (2009), a memória não é um depósito de coisas velhas como na casa da avó, logo, não funciona como lugar de acúmulo, de saturação, de atulhamento de lembranças; mas, opera na relação entre o que pode e dever ser

lembrado e aquilo que se deseja e se deve esquecer. A dupla possibilidade se dá pelo entrecruzamento das diferentes temporalidades, na dimensão de um passado que retorna e que pela emergência do presente, faz movimentar os sentidos, põe em funcionamento outros saberes. É nesse sentido que a morte, como uma realidade possível ao sujeito, produz a necessidade de memória, uma vez que nela e por ela, é posto como natural o fim de tudo. Calar, deixar de dizer, deixar de contar história.

Trazemos, por esse viés, os pressupostos de Nora (1984) e a necessidade de preservar a memória, pois, se há necessidade de lembrar, é porque já se produz esquecimento. Lembrar e esquecer são as duas faces que constituem o pêndulo, nesse funcionamento, sendo que ambas as ações são seletivas, não lineares e promovem deslocamentos e falhas. Total e parcial se confundem, produzem a evidência de estabilidade, de homogeneidade e completude. Segundo Catroga (2002):

Por isso, o esquecimento, sendo uma “queda” e, portanto, uma “perda” – daí, a nostalgia e a saudade –, só será definitivamente o nada se ficarmos surdos e cegos à reminiscência do que já foi conhecido e, sobretudo, vivido (CATROGA, 2002, p. 16).

Como perda e queda, o esquecimento está intrinsecamente ligado ao passado. Saudade e nostalgia só são possíveis na relação com o já vivido, já sabido. Mas, é pelo retorno desse passado no confronto com o presente que a saudade produz sentidos, faz movimentar as experiências vividas e, no gesto de lembrar, reorganiza o presente colado ao passado que lhe é constitutivo. Sendo sempre um retorno, o passado não é estagnado ou intocável, mas palpável, material pela sua entrada no presente como parte dele, como seu prolongamento. Noção cara à escrita da história, o tempo é fugaz, se esvai e se desloca, e por isso, vencer o tempo é uma necessidade constante do sujeito, e por isso, “tanto a memória (a recordação) como a escrita da história

estão irmanadas por este objetivo comum: vencer semioticamente a consciência da fugacidade do tempo”. (CATROGA, 2002, p. 32).

É na relação história/memória, lembrar/esquecer que destacamos no aporte teórico da Análise de Discurso, a morte como também um lugar, lugar de movimento, de produção de sentidos. Assim, a língua, como materialidade do discurso, não é transparente, nem una. É sim, lugar de confronto, constituído por pontos de deriva, deslizando para outros, mas ainda na essência do mesmo, desdobrando-se. É, pois, nesse sentido, que o “discurso não é independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, [...]. É um efeito das filiações sócio-históricas de identificação e, ao mesmo tempo, um trabalho de deslocamento no espaço”. (ORLANDI, 2012, p. 57). É por isso também que a memória não é individual, ao contrário, como destaca Venturini (2009), é um funcionamento que atesta para os movimentos da memória, sua circulação e seus sentidos outros construídos no social, são, portanto, “efeitos de memória”, ou seja, “toda produção discursiva que se efetua em condições determinadas de uma conjuntura provoca movimentos, faz circular formulações anteriores, já enunciadas”. (VENTURINI, 2009, p.107).

Por esta assertiva podemos dizer que a noção de morte como fim último e inquestionável também é ressignificada na atualidade e na especificidade da rede social põe em funcionamento outros modos de produção da memória sobre o morto. Assim como as lápides, as placas, as máscaras e sarcófagos, a tela do computador e do celular como suportes de um discurso sobre o sujeito (e também sobre a morte), organizam outras textualidades, de acordo com a estrutura do espaço digital na qual se inserem. Se antes era necessário visitar o cemitério, percorrer os espaços a procura da lápide e da sepultura, agora podemos visitar o perfil do usuário, postar, curtir e até mesmo acender uma vela virtual. São esses

ritos em torno da morte e do sujeito que permitem não só o deslocamento do espaço ou do tempo, mas da circulação da memória construída sobre o morto. Não se trata mais de um gesto particular ou solitário de visitação, mas de um perfil público, portanto, aberto à coletividade.

Na rede, não são apenas os amigos que podem visualizar, mas todos os que têm acesso à mesma rede ou página social. Isso também é uma evidência. Aparentemente aberta, a conta deve ter sido guardada como herança, logo, aos cuidados de um herdeiro, com função específica de manter a mesma *online*. Apagar o perfil é calar. Calar é morrer. Morrer é não contar história, logo, apagar a memória como traço, como pertencimento e união do sujeito ao mundo e aos demais que lhe eram conhecidos e/ou próximos. É preciso dizer mesmo morto, e se isso não é possível na ordem da realidade como ação e prática efetiva/biológica, pode-se pelo virtual, preencher o espaço de significação.

In rede: o perfil do usuário como herança

Podemos dizer, nesse sentido, que a rede social, enquanto mídia, é lugar de confronto entre a saturação e o vazio de significação, pois, se, por um lado, ao dizer, o sujeito “atulha” esse lugar no desejo de tudo dizer, tudo ver, curtir, postar e comentar, por outro, esquece que não domina os sentidos, que não limita o dizer, é sempre uma falta, ausência do que ficou por dizer, do não pensado, do irrealizado. Falta. Vazio. Divisão de sentidos e de sujeitos.

Os perfis *in memoriam*, na perspectiva que assumimos, funcionam como lugares de textualidades e são constitutivos de um “todo discursivo” (MEDEIROS, 2010), e, por esse movimento, antes os concebemos como lugar de movimento e produção de efeitos de sentidos. Nessa formulação, consideramos, por um lado, a língua como lugar de visibilidade dos sentidos, e

o discurso, que “define um campo do que pode e deve ser dito, do que é dizível”, uma vez que surge então “como aquele lugar de visibilidade para o dizer sobre o sujeito ao mesmo tempo em que a língua formula enunciados fundadores para estatuir o lugar de enunciação desse sujeito”, (SCHERER, 2003, p. 122).

Por outro lado, entendemos a mídia como lugar de visibilidade desta discursividade, lugar no qual a rapidez e a pluralidade de sentidos em circulação, atestam para a construção de uma rede de significação orientando-se para um discurso *sobre* a morte e *sobre* o sujeito, e, por esse funcionamento, organiza a relação vida/morte, memória/esquecimento. Há, pelo nosso entendimento, no trabalho da mídia como lugar de visibilidade, uma tentativa de homogeneizar os sentidos, apagando, por esse gesto, a divisão, a dispersão, o político – faz do morto um ser presente e público. E por esse viés, há também a tentativa de tornar homogêneo o discurso *sobre* essa relação, como se não fosse ele, o discurso, o lugar do embate do possível e do impossível dizer, do significar a morte como um prolongamento da vida e não seu fim. No entanto, é por essa condição que lhe é própria, que os sentidos nele e por ele produzidos, derivam, escapam e falham; e é assim que a morte perde seu caráter particular e entra em cena como uma espécie de partilha, na atribuição de funções a um herdeiro que pode e deve manter o perfil do usuário/amigo em funcionamento.

Ao tratarmos da herança, nos remetemos à riqueza, aos bens materiais que, após a morte, são delegados como necessidade de preservação, não só do patrimônio da família, mas também do nome do sujeito. Preservar o nome do morto na história, no presente dos vivos é resguardar a memória e mantê-la viva, salvaguardando-a do apagamento, do silêncio, do esquecimento. Mas, por esse mesmo funcionamento, a memória como aquilo que não deve morrer ou apagar-se, está ligada por essa necessidade, pois, é preciso lembrar

para não esquecer. Por isso, lugar de falta. Sendo assim, observamos os modos como a relação acima exposta deriva para outros sentidos e por isso falha, permitindo a divisão de sentidos e sujeitos. Nesse ínterim, compreendemos o discurso na leitura de Pêcheux (2014), como efeito de sentidos entre interlocutores, portanto, não sendo total e acabado, mas sempre em processo, em curso, sinalizando para sentidos sempre outros, de acordo com os sujeitos e as suas condições de produção; daí pensarmos a ressignificação do enunciado *in memoriam*.

É importante destacarmos uma característica fundamental nos perfis *in memoriam* na rede: há a *necessidade* de dar visibilidade ao morto, atribuindo-lhe características, destacando seus melhores momentos, suas conquistas, enfim, tudo aquilo que na ordem do vivido entra como experiência e até mesmo servindo como exemplo para os demais, portanto, não é qualquer ação, feito e memória sobre o sujeito que é destacado. Há, nos parece, uma estratégia que organiza o espaço da rede: quanto maior o número de visualização, de *likes* e de comentários, mais sucesso e repercussão teve o *post*. Ter um *post* visitado, comentado e compartilhado dá ao sujeito uma garantia de pertencer, de ser seguido, de ser, pela rede, (re) conhecido. Além disso, há na rede, uma espécie de tutorial que sugere, no formato “passo a passo”, como, após o falecimento do usuário, a conta deixa de ser um perfil e torna-se um “memorial”. O deslocamento dos sentidos da própria definição da conta de perfil para memorial, sob nosso ponto de vista, aponta para uma série de sentidos outros construídos não só pelo sujeito usuário e dono da conta quando elege seu herdeiro, mas quando, depois de sua morte, esse mesmo herdeiro é então responsável pelas suas memórias (como lembranças e práticas), na tentativa de perpetuação da memória sob a inscrição *em memória de*.

Na conta de um usuário *in memoriam*, não são os seus *posts* que circulam mais, mas sim de um

herdeiro por ele escolhido e que carrega consigo a função de acesso e manutenção da página, e na ausência do dono dela, a faz movimentar-se, preenche os furos que a morte deixou e mantém a *timeline* ativa. Diz não de si, mas do amigo que lhe confiou tal testamento. É preciso que o herdeiro produza discursos *sobre* o morto já que este não pode mais dizer – ação que fizera parte de sua vida, mas que não lhe é permitida na morte. A urgência do dizer perpassa as duas etapas e tem na mídia, um lugar possível. Como aqui nos delimitamos à mídia digital, entendemos, a partir também de Medeiros (2010), que o digital/ virtual pode ser pensado como parte daquilo que a autora nomeia como “grande mídia” ou “meios de comunicação em massa”. Assim, selecionar um herdeiro e confiar-lhe a conta na rede social é uma relação de poder sobre os sentidos acerca de si mesmo, sobre a sua vida, suas escolhas, seus gestos, sua *timeline*.

Os *posts* e comentários, nesse sentido, são partes que organizam e estruturam um discurso *sobre* determinado assunto, aqui, a morte. Na formulação dessa relação, há eminentemente, uma tentativa de delimitar um espaço de comemoração do nome, do sujeito. Também na ordem do já sabido, o Facebook é espaço de discussão, de confronto de opiniões. Escrita autônoma – diz-se o que quer sobre tudo, ilusão. Lugar no qual os sujeitos interpelados pela ideologia, abrem espaço para o dizer, mas não qualquer um. Nem tudo se pode dizer sobre o sujeito morto. Sua conta e seu perfil, a partir do momento de sua morte, passam a ser gerenciados, vigiados e controlados pelo herdeiro por ele escolhido ainda em vida, e não depende mais dos seus *posts*, dos seus comentários ou visualizações. Sua presença permanece, mas aponta para a ausência. Ausência de si e do dizer que não mais responde, não mais curte ou compartilha o que o outro diz.

Entendemos que as contas *in memoriam* constituem-se como parte de um ritual de morte,

que organiza e sustenta saberes; são construções, logo, de ordem histórica, política e simbólica, sobre e nas quais a língua é materialidade do discurso. Como ritual enquanto prática, as ações perante a morte se repetem: velas (mesmo virtuais), orações, lembranças, placas mortuárias. Como discurso, aqui considerado ritual de linguagem, sinaliza para a não transparência e não completude da língua, sempre móvel e deslizante. Portanto, o espaço da rede social integra a ilusão de ser lugar do “tudo dizer”, e “sobre tudo dizer”; mas é nessa mesma organização

que desestabiliza a constituição do sujeito e dos sentidos – não homogêneos, mas sempre divididos, contraditórios. Sempre faltosos. É nesse sentido que aponta para a heterogeneidade que destacamos: os perfis *in memoriam* que visitamos³, mesmo sendo públicos, são, em sua maioria, restritos aos amigos do morto, não se estendem aos demais usuários da rede. Vejamos:

3 A princípio trabalharíamos com mais exemplares de memoriais ou perfis *in memoriam*, no entanto, não há muitos perfis abertos ao público, sendo necessário ser amigo do usuário para poder acessar seu memorial. Por isso, mesmo sendo nosso amigo, optamos por omitir nome e demais dados pessoais referentes à conta.



Imagem 01- perfil *in memoriam*/em memória de – Facebook

Para nossa reflexão, a princípio, buscamos compreender como a rede social Facebook, como lugar de produção de sentidos, funciona na/pela sua heterogeneidade constitutiva, e como tecnologia, segundo Dias (2013, p. 50), está na ordem do simbólico, do político e do ideológico, sendo não só lugar, mas “instância de produção de discursos, de relações de poder”, na passagem do silêncio à verbalização. Logo:

O discurso da tecnologia (da escrita, da imprensa, dos meios de comunicação de massa, da informação e da comunicação – Internet) se constitui nesse processo (de ideologização da técnica) e produz sentidos para a relação sujeito-linguagem-mundo. Isso se dá ao mesmo tempo que um sentido de transparência e completude (do dizer, do sujeito) se configura no campo da linguagem (DIAS, 2013, p. 51).

Como pensamos a partir de Áries (2003) as atitudes perante a morte, deslocamos suas considerações para os escritos de Althusser (S/D) e Pêcheux (2014), entendendo o ritual não como ação, prática, repetição ou tradição, mas colocado de diferentes modos nas perspectivas desses dois autores. Althusser (S/D) considera o ritual orientado para as práticas sociais humanas organizados pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. Para o autor, o ritual aponta para o fato de que todo dizer é afetado pela ideologia. Pêcheux (2014) retoma essa assertiva de Althusser (S/D) e acrescenta a falha como constitutiva do dizer, logo, não há ritual sem falha, na interpelação ideológica, tendo em vista que todo dizer é ideológico.

Para Pêcheux (2014), nesse sentido, se todo dizer é atravessado pela ideologia, o que se tem são evidências, trabalho e função da mesma ideologia que sinaliza para quebra, para os lapsos e falha. Ao estabelecer essas considerações, Pêcheux (1990; 2014) põe em questão a noção de sujeito, em seu desdobramento e divisão, sendo, portanto, ao mesmo tempo, nem livre nem submisso, mas chamado a sua existência como sempre já sujeito, na interpelação ideológica, assujeitando-se. É no entremeio desse trajeto, elaborado por ambos os autores, que norteamos aqui as discussões acerca do ritual tal como Pêcheux (2014) concebe, numa relação entre língua, sujeito e ideologia, sinalizando para a não transparência e completude da língua. Por esse viés, a língua, enquanto materialidade da ideologia é, naquilo que Pêcheux postulou, inatingível. Assim, pelas vias desses teóricos, o ritual deixa de ser referido somente à prática, no sentido de ação, de gesto, mas é entendido como discursividade, como língua em funcionamento, na relação e no cruzamento desse próprio real e atravessado pelo real da história.

Nas leituras de Althusser e Pêcheux, busca-se a reflexão em torno dos modos como os dois autores “conversam” sobre o ritual, bem como atentamos para as cesuras, aproximações e rupturas nessa relação. Os estudos acerca do ritual numa perspectiva materialista discursiva demanda também analisar aquilo que toca a noção de sujeito, as formações discursivas e a ideologia, daí a importância de se pensar teoricamente sobre tais relações, numa língua que não cessa de se movimentar, de romper e retornar sob a aparência do novo e que nos constitui, constituindo-se.

Ao deslocarmos o ritual enquanto prática de ou conjunto de práticas com um objetivo e um produto, uma intenção; para a discursividade, na/da língua – não estagnamos na evidência de uma determinada ação posta como repetição e inscrita na ordem da tradição, mas, como discursividade, é

processo, é língua que falha, é não transparente, é polissêmica. É nesse sentido que os perfis acima destacados produzem, pelo funcionamento da memória (com furos e lapsos) e pela língua (com falhas), o deslize de sentidos *sobre* a morte como lugar de produção de discurso. Os furos se dão pela construção de memórias acerca do morto e de suas ações em vida através da atribuição de poder dizer de si via herdeiro responsável pela conta e perfil do usuário; pois, nesse processo, e considerando que “mortos não contam histórias” é necessário eleger o outro que assume seu lugar e diz. Produz sentidos na sua ausência.

Se não pode contar histórias e não mais organiza a memória sobre si, o esquecimento recobre suas ações no pós-morte e os *posts* na rede já não são mais seus, mas frutos de outras escolhas, de outro sujeito. A ilusão de controle dos sentidos se dá pela reduplicação: em vida não há domínio uma vez que a língua é lugar da falha e do equívoco; na morte, os sentidos acerca de si estão no outro e mais uma vez escapam, deslizam e produzem a evidência de uma verdade, de um discurso que enaltece e homenageia o morto, mas que por este mesmo efeito, apaga a sua memória, a sua história, e compõe pelo olhar do outro, um discurso *sobre* si. O discurso *de* (memória) não se faz mais como possibilidade ao morto, restando-lhe o desejo de perpetuação somente pela sua exterioridade, pela sua relação homem/mundo/língua.

E ao eleger seu herdeiro o sujeito assume sua condição em protesto contra a finitude da vida e ousa, e diz. Nomeia um amigo e preenche os espaços de silêncio que circundam a morte, e conta histórias, alterna sua posição entre o eu e o outro. Pela memória que produz na relação com o outro em sua conta *in memoriam*, atualiza do além túmulo suas ações, seus gestos e sua história, colando-se aos sentidos na dupla essência da presença e da ausência. Não conta, mas é contado por outro, numa história que, pela memória, não

cessa enquanto nela os sentidos se movimentarem, enquanto colado a ela também houver um sujeito desejante de fazer memória, de perpetuá-la, na/pela língua.

Considerações Finais...

A partir das considerações acerca da relação memória e esquecimento, destacamos aqui os perfis *in memoriam* na rede social Facebook, lugares de produção de sentidos não só *sobre* o morto, mas também organizando um discurso *sobre* a morte. Nesse sentido, entendemos a rede como um modo de organização dos saberes referentes aos modos de circulação dos sentidos, pois, se por um lado a rede social estrutura um lugar no qual todos, sobre tudo e tudo podem dizer, a contradição se instaura pela entrada na língua como lugar de divisão e de falhas. A memória, não estabilizada, mas em funcionamento, produz e é produzida no batimento indissociável do lembrar e esquecer; orientada pela repetição, refutação e seleção do que pode e deve ser retomado enquanto discurso, significando no entrecruzamento do novo (na urgência de/do dizer) e do velho (no já dito e esquecido).

Em seu funcionamento lacunar, a memória, na perspectiva discursiva, é antes de tudo prática, não sendo entendida como “social e infalível”, ou ainda não sendo “da ordem do infalível, do inconsciente coletivo”, segundo Achard (1999, p. 11); e por esse movimento mobiliza os implícitos, ou melhor, “o sintagma cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por essa memorização”. (ACHARD, 1999, p. 12). A paráfrase, por este viés, é a relação construída entre a memória (como passado que retorna) e o discurso produzido (como atualidade), ou seja, uma relação possível sob a dupla via do lembrar e esquecer, que, pela língua como materialidade do mesmo discurso,

é posta em prática, e que entra, por esse mesmo movimento, na ordem do simbólico. No confronto entre o real da língua e da história, os sentidos deslizam, deslocam-se. É assim que a memória “é tudo aquilo que pode deixar marcas dos tempos desjuntados que nós vivemos e que nos permite a todo momento fazer surgir e reunir as temporalidades passadas, presentes e que estão por vir”. (SCHERER, 2005, s.p).

Retomando Catroga (2002), podemos dizer que é por não ser Mnemosine que o homem busca preservar a memória, é porque não sabe nem o que foi, o que é e o que será. Então diz, atulha de palavras, de sentidos – de marcas e rastros que permitam a produção de memória e de história nas quais, como sujeito colado aos sentidos, e em sua condição de assujeitado, “esquece” que as mesmas marcas são ilusões, evidências que escorregam e se perdem, se sobre elas ruir o peso do esquecimento. Esquecido, o sujeito não conta histórias, não produz memórias. Apaga sentidos e se esvai, aos poucos, nas linhas do seu ilusório tempo, e a língua, *em dis(cursão)*, o permite atravessar a vida e a morte, não caindo no eterno esquecimento, mas produzindo sentidos e se (re) significando. Faz e conta história, produz memória.

Referências

- ACHARD, Pierre. *Memória e produção do sentido*. In: ACHARD, Pierre (et al). Tradução de José Horta Nunes. Campinas, São Paulo, Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. São Paulo, Pontes. s/d.
- ÁRIES, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2003.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

- _____. Recordar e comemorar. *A raiz tanatológica dos ritos comemorativos*. Mimesis, Bauru, v. 23, n° 2, p. 13-47, 2002.
- _____. *Os passos do homem como restolho do tempo*. Memória e fim do fim da história. Edições Almedina, SA. Coimbra, 2009.
- DIAS, Cristiane. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. *Análise de Discurso em Perspectiva*. Teoria, método e análise. (orgs). Santa Maria, editora da UFSM, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 5ª Ed. Campinas, SP. Unicamp, 1990.
- MEDEIROS, Caciane Souza de. *Sociedade da imagem: a (re) produção de sentidos da mídia do espetáculo*. Santa Maria, 2010.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: _____. *Les lieux de mémoire*. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: Gallimard, 1984.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al). *Papel da memória* Tradução de José Horta Munes. Campinas, São Paulo, Pontes, 1999.
- _____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi et al. 6ª Ed. São Paulo, Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- SCHERER, Amanda Eloina. A constituição de sentido nas fronteiras do eu: memória da língua e a língua na memória. In: *Revista Letras*, Santa Maria, PPG Letras/ UFSM, número 26, p. 119-130, dezembro, 2003.
- _____. TASCHETO, Tania R. O Papel da Memória ou a Memória do Papel de Pêcheux para os Estudos Lingüístico-Discursivos. In: *Estudos da Língua(gem)*, n. 1, p. 119, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/view/16>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2017.
- VENTURINI, Maria Cleci. *Imagário Urbano*. Espaço de rememoração/comemoração. RS, Passo Fundo: Editora UFP, 2009.

Recebido em 20 de dezembro de 2017

Aceito em 30 de dezembro de 2017.